



LEI COMPLEMENTAR Nº 136/CML, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021.

SANCIONO a presente Lei.
Em: 10 de janeiro de 2022.


IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

Dispõe sobre a autorização do rateio das sobras de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com os servidores em efetivo exercício na Educação Básica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU, e eu, SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ratear as sobras de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com os servidores em efetivo exercício Profissionais da Educação Básica.

Art. 2º Entendem-se como profissionais da Educação Básica os:

I - Trabalhadores da educação básica, com ou sem cargo de direção e chefia;

II - Profissionais do Magistério; e

III - Servidores que atuam na realização de serviços de apoio técnico

administrativo e operacional.

Parágrafo único. O rateio de que trata o caput se refere às sobras da parcela de 70% (setenta por cento) do FUNDEB, destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, a partir do exercício de 2022.

Art. 3º Para efeitos de distribuição, o rateio será feito ao servidor na proporção da sua jornada de trabalho.

Parágrafo único. Consideram-se profissionais em efetivo exercício aqueles em atuação efetiva no desempenho das atividades estabelecidas pelo Art. 2º desta Lei, associada à sua regular vinculação contratual com a Prefeitura Municipal, estatutária ou temporária, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em Lei, com ônus para o Município, que não impliquem em rompimento da relação jurídica existente.

Art. 4º Os profissionais estatutários em processo de aposentadoria, ou licenças superiores a 6 (seis) meses somente perceberão o rateio na proporcionalidade dos meses laborados, em efetivo exercício, no respectivo ano.

Art. 5º O valor a ser repassado aos profissionais da educação básica será pago em depósitos bancários distintos, na mesma conta bancária vinculada à folha de pagamento destes profissionais.

Parágrafo único. Os servidores cedidos não participarão do rateio.

Art. 6º O rateio será calculado, dividindo-se o valor original das sobras do FUNDEB pela quantidade de servidores habilitados a recebê-lo, observando o disposto no art. 2º desta Lei.



Art. 7º Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, o acompanhamento e fiscalização das sobras para o fiel cumprimento dessa Lei.

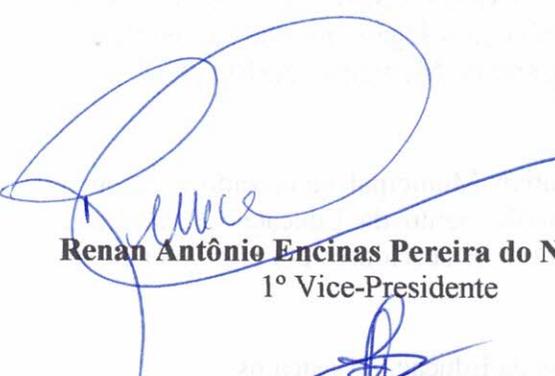
Art. 8º O rateio e o pagamento tratados por esta Lei não se incorporam à remuneração para qualquer efeito.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Ladário-MS, 7 de dezembro de 2021.



Daniel Benzi
Presidente



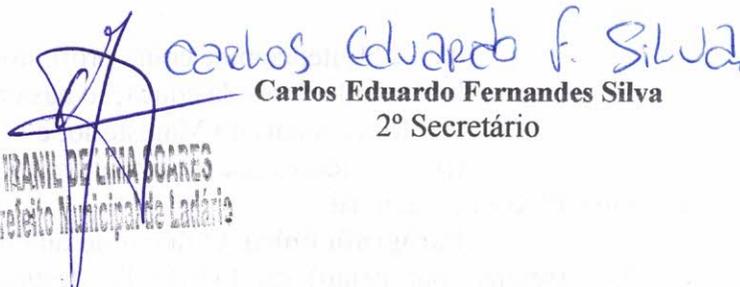
Renan Antônio Encinas Pereira do Nascimento
1º Vice-Presidente



Bruno Emanuel Fonseca da Cruz
2º Vice-Presidente



Jonil Junior Gomes Barcellos
1º Secretário



Carlos Eduardo Fernandes Silva
2º Secretário



IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal de Ladário